



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2003

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 10, out. 2003. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o Governo Central apresentou superávit primário de R\$ 4,5 bilhões, contra R\$ 3,8 bilhões obtidos no mês anterior, explicado em parte pela sazonalidade das receitas em outubro. O Tesouro Nacional contribuiu para o resultado do mês com superávit de R\$ 6,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,9 bilhão e R\$ 13,4 milhões, respectivamente. No ano, o superávit do Governo Central atinge R\$ 43,0 bilhões, valor equivalente a 3,40% do PIB estimado para o período. Deve-se observar que o aumento do resultado primário no ano ocorreu não obstante a forte redução no volume de impostos em 2003, traduzida em diminuição da receita total como proporção do PIB da ordem de 1,3 ponto percentual.

O resultado primário do Governo Central até outubro de 2003 foi de R\$ 43,0 bilhões.

O Governo Central tem gerado superávits primários compatíveis com a meta de 4,25% do PIB, apesar do menor peso dos impostos em 2003 (queda de 1,3 ponto percentual do PIB na receita total).

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	SET 2003	OUT 2003	JAN-OUT 2002	JAN-OUT 2003
I. RECEITA TOTAL	28.163,3	31.761,0	260.929,9	290.984,6
I.1. Receitas do Tesouro	21.559,9	24.795,5	205.807,1	229.120,6
I.1.1 Receita Bruta	22.580,6	26.563,0	212.483,4	237.146,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.020,7	-1.767,5	-6.577,0	-8.025,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.603,4	6.965,5	55.122,8	61.864,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.306,2	4.429,0	45.991,0	49.901,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	23.857,1	27.332,0	214.938,8	241.083,0
IV. DESPESA TOTAL	20.045,5	22.772,8	180.446,9	197.880,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.926,0	5.928,4	58.103,9	62.467,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.822,7	8.867,4	67.091,4	79.962,4
IV.3. Custeio e Capital	5.289,3	7.930,8	55.251,6	55.019,5
IV.3.1. Despesas do FAT	447,7	1.416,5	6.578,8	7.333,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	324,1	1.111,3	2.137,0	3.111,1
IV.3.3. Outras Despesas	4.517,5	5.403,0	46.535,7	44.574,8
IV.4. Transferência ao Banco Central	7,4	46,2	0,0	431,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.811,6	4.559,2	34.492,0	43.202,2
V.1. Tesouro Nacional	6.030,9	6.461,2	46.460,5	61.300,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-2.219,3	-1.901,9	-11.968,6	-18.098,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-58,2	-13,4	-587,5	-192,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.753,4	4.545,9	33.904,5	43.009,9
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,15%	3,40%

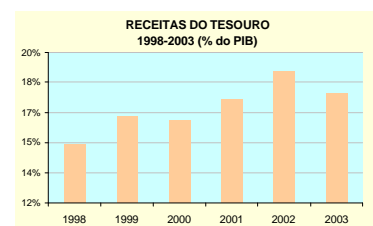
(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO: OUT2003/OUT2002	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	11,5%
Tesouro	11,3%
Previdência	12,2%
Transferências	8,5%
Receita Líquida	12,2%
Despesas	9,7%
Benefícios	19,2%
Pessoal	7,5%
Custeio e Capital	-0,4%

A melhora do resultado primário do Governo Central no mês (R\$ 792,4 milhões) está associada à recuperação da receita líquida (R\$ 3,5 bilhões), não obstante a aceleração da despesa (R\$ 2,7 bilhões). Do lado das receitas, o incremento de 14,6% decorre principalmente do pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e CSLL, do comportamento dos depósitos judiciais e da ocorrência de cinco semanas de fato gerador em outubro contra quatro semanas em setembro, afetando a arrecadação do IRRF, IOF e CPMF.



Do lado das despesas, o aumento de 13,6% está relacionado basicamente aos gastos com custeio e capital, destacando-se os relacionados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e a subsídios e subvenções econômicas.

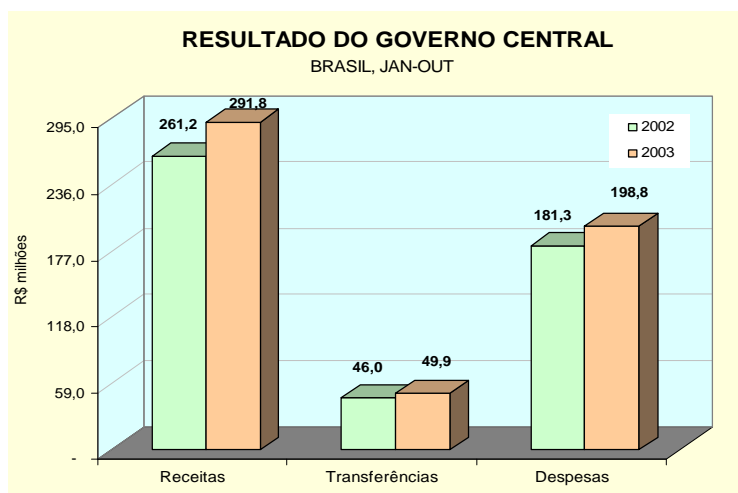
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Tesouro Nacional	4,32%	4,84%
Previdência Social	-1,11%	-1,43%
Banco Central	-0,05%	-0,02%
Governo Central	3,15%	3,40%

No ano, o resultado primário do Tesouro Nacional foi R\$ 14,8 bilhões (31,9%) maior que o atingindo no mesmo período de 2002, atingindo R\$ 61,3 bilhões ou aproximadamente 4,84% do PIB. Por outro lado, o déficit da Previdência Social aumentou em R\$ 6,1 bilhões (51,2%), totalizando R\$ 18,1 bilhões ou aproximadamente 1,43% do PIB, contra 1,11% do PIB em 2002. O Banco Central, por sua vez, reduziu o déficit das suas operações primárias, de R\$ 587,5 milhões, até outubro de 2002, para R\$ 192,3 milhões, este ano.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	24,30%	23,03%
Transferências	4,28%	3,94%
Receita Líquida	20,02%	19,09%
Despesa Total	16,87%	15,70%
Resultado Primário	3,15%	3,40%

As receitas do Governo Central cresceram R\$ 30,1 bilhões (11,5%), atingindo o montante de R\$ 291,0 bilhões. As transferências a Estados e Municípios aumentaram R\$ 3,9 bilhões (8,5%), totalizando R\$ 49,9 bilhões. As despesas cresceram R\$ 17,4 bilhões (9,7%), somando R\$ 197,9 bilhões. Como proporção do PIB, as receitas caíram em 1,26 ponto percentual, as transferências em 0,34 ponto percentual e as despesas em 1,17 ponto percentual, resultando assim em incremento do resultado primário da ordem de 0,24 ponto percentual no período.

Em 2003, as despesas do Governo Central caíram 1,17 ponto percentual do PIB, não obstante o aumento dos gastos com benefícios previdenciários.



As receitas do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) cresceram R\$ 23,3 bilhões (11,3%) até outubro, espelhando parte do crescimento do PIB em termos nominais e o efeito da depreciação do câmbio sobre Imposto de Renda e cota-parte de compensações financeiras (*royalties*). Em relação ao PIB, no entanto, a participação desse agregado sofreu redução de 1,1 ponto percentual, explicada, em boa medida, pela ausência de receitas atípicas expressivas este ano, a exemplo do que ocorreu em 2002. Ademais,

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	19,1%	18,1%
Transferências	4,3%	3,9%
Despesas do Tesouro	10,5%	9,3%
Resultado Primário	4,3%	4,8%

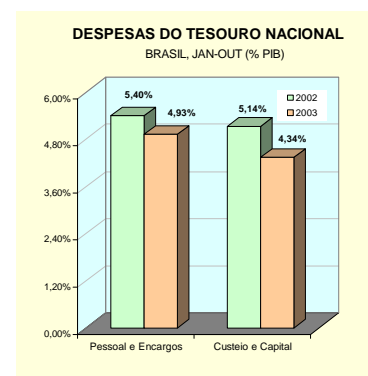
(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

outros fatores afetaram negativamente o nível de arrecadação de 2003, com destaque para as decisões judiciais desfavoráveis à Fazenda Nacional relacionadas à Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a reestruturação de alíquotas do Imposto de Importação (II) e do IPI, este com redução em setores importantes como produtos químicos, metalurgia básica e automóveis. Além disso, ao longo de 2003 a atividade industrial desacelerou, especialmente na primeira metade do ano, com importante impacto sobre a arrecadação, já que — até por força da persistência até agora de tributos em cascata — a indústria é tipicamente mais tributada que outros setores que apresentaram maior crescimento ao longo do ano.

As transferências a entes subnacionais cresceram R\$ 3,9 bilhões em termos nominais (8,5%) em relação ao mesmo período de 2002. No entanto, houve queda de aproximadamente 0,34 ponto percentual do PIB, reflexo da redução das receitas partilhadas este ano *vis-à-vis* o ano passado. Conforme já descrito, os ingressos atípicos, concentrados particularmente no Imposto de Renda, não se repetiram na mesma intensidade este ano, e a arrecadação do IPI esteve, ao longo de 2003, sujeita aos efeitos das decisões judiciais desfavoráveis à União. Por outro lado, vale ressaltar o aumento das transferências de *royalties*, em função da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras observada no período.

Os gastos com pessoal e encargos sociais ficaram R\$ 4,4 bilhões (7,5%) acima do realizado no ano anterior, em decorrência do crescimento vegetativo da folha salarial e da reestruturação, ao longo do segundo semestre de 2002, de carreiras estratégicas do funcionalismo. Também contribuíram para a dinâmica desses gastos, já em 2003, a revisão geral de 1,0% na remuneração e subsídios dos servidores, bem como a concessão de vantagem pecuniária individual no valor de R\$ 59,87 por mês. Ainda assim, em percentual do PIB, houve redução em 0,47 ponto percentual nessas despesas.

As despesas com custeio e capital, por sua vez, apresentaram redução de R\$ 232,1 milhões (0,4%) em termos nominais, reduzindo sua participação em relação ao PIB em 0,79 ponto percentual. Por um lado, cresceram as despesas com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e com os subsídios e subvenções econômicas. Por outro lado, houve redução nas despesas com custeio e capital dos órgãos da administração pública, apesar dos Ministérios diretamente ligados a ações sociais, tais como Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social, estarem utilizando a quase totalidade dos seus limites de gastos estabelecidos na programação financeira.



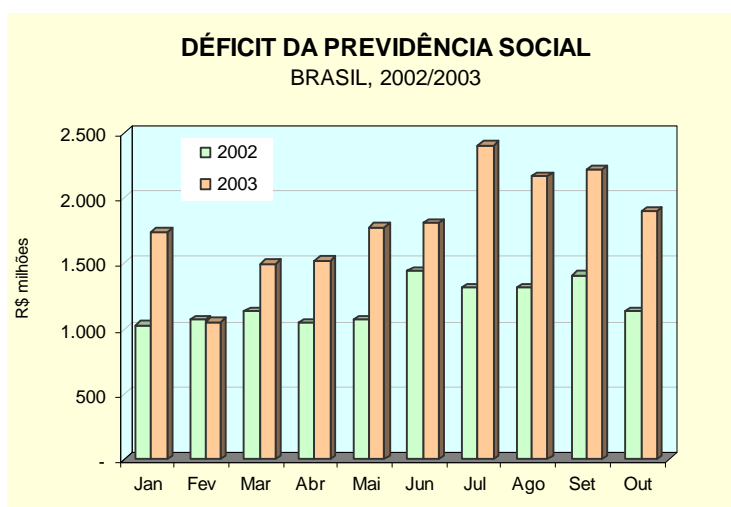
Os gastos com pessoal e encargos aumentaram 7,5% em relação ao ano anterior, apesar da revisão geral na remuneração ter sido de 1%. Para isso contribuíram diversas reestruturações de carreiras.

Os gastos discricionários continuaram a se acelerar, assim como os gastos no apoio a agricultura (com compra líquida de estoques) e, especialmente, com o Proex, que até outubro estavam 50% acima do valor observado até o mesmo mês em 2002.

Por fim, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 18,1 bilhões no ano, R\$ 6,1 bilhões (51,2%) superior ao realizado até outubro de 2002. Em percentual do PIB, o déficit do RGPS passou de 1,11% para 1,43%. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios (cresceram 19,2% no ano), impulsionados pelos reajustes do salário-mínimo e dos demais benefícios acima do mínimo, bem como pela ampliação do contingente de beneficiários, em relação à arrecadação observada nas contribuições previdenciárias (crescimento de apenas 12,6 % no ano).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Contribuição	55,1	61,9	12,2%
Benefícios	67,1	80,0	19,2%
Resultado Primário	-12,0	-18,1	51,2%

O aumento do déficit da Previdência reflete, entre outros fatores, o incremento de R\$ 12,9 bilhões na despesa com benefícios, que passou de 6,24% do PIB nos primeiros dez meses de 2002 para 6,31% do PIB no mesmo período de 2003.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em outubro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 26,6 bilhões, sendo R\$ 4,0 bilhões superior à arrecadação em setembro.

Em outubro de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 26,6 bilhões, representando incremento de R\$ 4,0 bilhões em relação a setembro. Sendo ainda cedo para avaliar-se o impacto dos sinais da retomada do crescimento, este comportamento decompõe-se, em parte, no pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à declaração trimestral do período encerrado em setembro e na variação nos depósitos judiciais. Além disso, a ocorrência de cinco semanas de fato gerador no mês contra quatro semanas em setembro representou um acréscimo de receita de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, decomposto entre IRRF (R\$ 0,6 bilhão), IOF (R\$ 65,2 milhões) e CPMF (R\$ 449,7 milhões).

As demais receitas do Tesouro Nacional ficaram R\$ 0,8 bilhão acima das observadas no mês de setembro, devido em grande medida ao recolhimento do pagamento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

A receita bruta do Tesouro Nacional, no período de janeiro a outubro de 2003, totalizou R\$ 237,1 bilhões, equivalente a 18,7% do PIB, contra 19,8% do PIB em igual período do ano anterior, quando perfizeram R\$ 212,5 bilhões. Nas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, a redução comparada ao PIB decorreu, principalmente, do maior volume de arrecadação atípica verificada em 2002, como os ingressos decorrentes das Medidas Provisórias nº 2.222 (R\$ 7,7 bilhões) e nº 38 (R\$ 2,2 bilhões) de 04/09/2001 e 14/05/2002, respectivamente, com prazos estendidos pelas MPs nº 66 (R\$ 3,5 bilhões) e nº 75 (R\$ 1,3 bilhão), de 29/08/2002 e 24/10/2002, que permitiram o pagamento de tributos passados, além do pagamento de IRPJ pelos fundos de pensão na primeira metade do ano.

Cabe destacar, por outro lado, a arrecadação extra em 2003 de IRPJ e CSLL de entidades estatais (R\$ 2,2 bilhões) e o incremento das receitas de IRRF sobre rendimentos de capital (R\$ 2,9 bilhões), este último em virtude, principalmente da elevada arrecadação de fundos de renda fixa, que apresentaram maior movimentação no período. As receitas do IPI, por sua vez, diminuíram de 1,5% para 1,3% do PIB, em função, entre outros fatores, de decisões judiciais favoráveis a contribuintes e da redução de alíquotas em produtos químicos, metalurgia básica e automóveis.

As receitas de contribuições totalizaram 8,6% do PIB, ficando 0,1 ponto percentual inferior ao registrado em igual período de 2002. Essa redução está associada à menor arrecadação da CIDE-Combustíveis, em virtude de decisões judiciais favoráveis a contribuintes, não obstante a arrecadação referir-se a dez meses de fatos geradores ao invés de nove meses em 2002.

As demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 26,2 bilhões (2,1% do PIB) até outubro deste ano, contra R\$ 21,3 bilhões (2,0% PIB) no ano anterior. Parte desse aumento deriva da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras que passou de R\$ 6,1 bilhões para R\$ 10,0 bilhões, em decorrência da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, bem como do aumento da produção petrolífera. Esse crescimento mais que compensou a queda de R\$ 1,2 bilhão verificada nas receitas com concessões, que em 2002 refletiram arrecadação decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”. Os dividendos pagos à União totalizaram em 2003 R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 2,2 bilhões em 2002.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Impostos	9,0%	8,1%
Imposto de Renda	6,6%	6,0%
IPI	1,5%	1,3%
Outros	0,9%	0,9%
Contribuições	8,7%	8,6%
Cofins	3,9%	3,8%
CPMF	1,5%	1,5%
CSLL	1,1%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,6%	0,5%
Outras	1,7%	1,7%
Demais	2,0%	2,1%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,1%	0,0%
Outras	1,6%	1,8%
Total Bruto	19,8%	18,7%

Transferências a Estados e Municípios

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2003 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT
Constitucionais	3.386,2	3.522,1
Desoneração do ICMS	265,9	265,9
Demais	654,0	641,0
Total	4.306,2	4.429,0

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-OUT (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,43%	3,02%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,27%
Demais	0,54%	0,65%
Total	4,28%	3,94%

Em outubro, as transferências a Estados e Municípios atingiram R\$ 4,4 bilhões, contra R\$ 4,3 bilhões em setembro. Para a diferença, parcialmente sazonal, também contribuíram as transferências relativas ao ITR, cuja arrecadação se concentra em setembro.

No acumulado de janeiro a outubro, as transferências a Estados e Municípios perfizeram R\$ 49,9 bilhões (3,94% do PIB), contra R\$ 46,0 bilhões (4,28% do PIB) em igual período de 2002. Assim, não obstante as transferências, em termos nominais, terem apresentado incremento de R\$ 3,9 bilhões, em relação ao PIB, observa-se retração de 0,34 ponto percentual do PIB. Essa redução decorre dos efeitos já mencionados do recolhimento atípico do IRPJ em 2002 e da diminuição na arrecadação do IPI em 2003.

Enquanto as transferências referentes à desoneração do ICMS reduziram-se de 0,31% do PIB para 0,27%, as demais transferências a Estados e Municípios aumentaram de 0,54% para 0,65% do PIB, em razão, principalmente, do incremento verificado em 2003 dos repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A despesa do Tesouro Nacional apresentou incremento de R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 0,9 bilhão correspondente ao paulatino incremento dos gastos discricionários.

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 13,9 bilhões, contra R\$ 11,2 bilhões de setembro. O aumento de R\$ 2,7 bilhões (23,9%) em relação ao mês anterior, dos quais R\$ 2,6 bilhões correspondem a um incremento nas despesas de custeio e capital, para o qual o FAT contribuiu com R\$ 1,0 bilhão, as despesas com subsídios e subvenções econômicas com R\$ 0,8 bilhão e os gastos discricionários com R\$ 0,9 bilhão.

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT atingiram R\$ 1,4 bilhão em outubro, contra R\$ 447,7 milhões (216,4%) no mês anterior, refletindo a atipicidade de tais despesas que vem sendo observada a algum tempo.

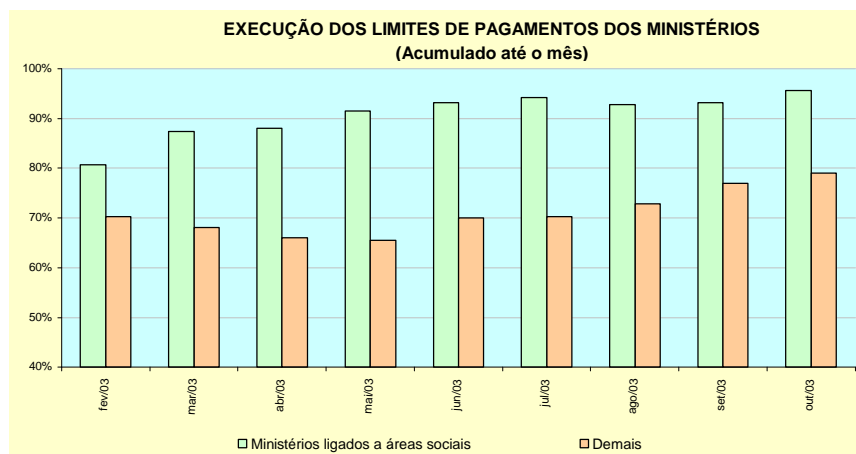
No âmbito do Programa das Operações Oficiais de Créditos, verificou-se despesa de R\$ 1,0 bilhão no mês em análise contra R\$ 225,0 milhões em setembro. Contribuíram para tal resultado os seguintes fatores: i) apropriação do subsídio de R\$ 428,5 milhões relativo a securitização agrícola, com base nas Leis nº 9.138/1995, nº 9.866/1999, nº 10.437/2002 e nº 10.696/2003, sem correspondência no mês anterior; ii) incremento de R\$ 145,4 milhões na despesa com subsídio às exportações associadas ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e iii) pagamento semestral da equalização de investimento rural e agroindustrial de R\$ 131,3 milhões, sem contrapartida em setembro.

A rubrica “outras despesas de custeio e capital” apresentou acréscimo de R\$ 885,5 milhões em relação a setembro, o que pode ser explicado, principalmente, pelo fato de que as unidades gestoras efetuaram pagamentos com recursos que haviam sido liberados pelo Tesouro Nacional em meses anteriores.

No período de janeiro a outubro de 2003, as despesas do Tesouro Nacional registraram queda de 1,23 ponto percentual do PIB quando comparadas a igual período de 2002. As despesas com pessoal e encargos sociais apresentaram redução de 0,47 ponto percentual do PIB, e os gastos de custeio e capital apresentaram queda correspondente a 0,79 ponto percentual, concentrando-se na rubrica “outras despesas de custeio e capital”. Por outro lado, as despesas com FAT e subsídios e subvenções econômicas no mesmo nível do ano anterior.

Em termos nominais, os gastos com pessoal e encargos apresentaram acréscimo de R\$ 4,4 bilhões (7,5%) devido ao crescimento vegetativo da folha salarial e à incorporação do aumento linear de 1,0% ao funcionalismo público federal, com efeito financeiro a partir de julho de 2003, bem como a vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87.

Os gastos sob a rubrica “outras despesas de custeio e capital” passaram de 4,33% do PIB, de janeiro a outubro de 2003, para 3,52% do PIB, em igual período de 2002. Apesar disso, o percentual de execução do limite de pagamento dos dispêndios realizados pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) atingiu 95,6% ao final de outubro, frente a 93,2% observados até setembro. Por sua vez, o percentual dos demais ministérios passou para 79,0%, ante 76,9% verificada no mês anterior.



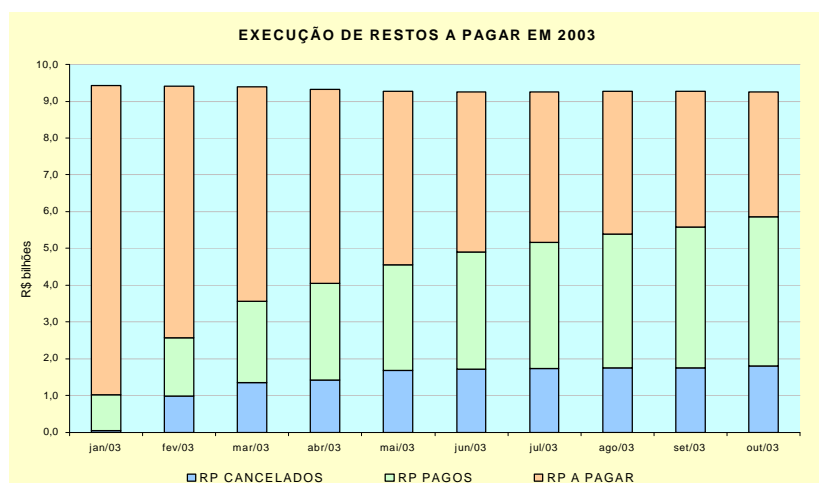
Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Pessoal e Encargos	5,40%	4,93%
Custeio e Capital	5,14%	4,34%
Despesas do FAT	0,61%	0,58%
Subsídios e Subvenções	0,20%	0,25%
Outras	4,33%	3,52%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,03%

Boxe 1 -Execução das Despesas em 2003

A execução das despesas de custeio e capital (pagamento efetivo), segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, atingiu até o final de outubro, para o conjunto de todos os Ministérios e Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, 95,6% das disponibilidades totais de recursos dos órgãos (fontes próprias e fontes Tesouro). Tal realização encontrava-se, ao final do primeiro semestre, em 89,9%. A evolução no decorrer do exercício reflete o caráter sazonal dos gastos, que tendem a concentrar-se, mais fortemente, nos meses finais do ano. O menor dinamismo tradicional dos gastos nos primeiros meses associou-se, em 2003, também à definição de prioridades do novo governo. A aceleração das despesas observada com o passar dos meses evidencia também a dinâmica própria da execução de investimentos: recursos disponibilizados e não gastos pelos órgãos cujos projetos e atividades encontram-se em fases de empenho ou liquidação. Cabe destacar que além da execução do orçamento ano, contribui para tal evolução, o pagamento de restos a pagar do exercício anterior: até outubro estes totalizaram R\$ 4,1 bilhões, frente um total inscrito de R\$ 9,3 bilhões.

Pode-se distinguir nessa execução as despesas que são de 2003 e aquelas de 2002, ou seja, a execução do Orçamento de 2003 em parte vem sendo afetada pela alocação de recursos para cumprir com os restos a pagar. Ao longo do corrente ano, já se pagaram R\$ 4,1 bilhões de despesas relativas ao Orçamento do ano anterior, o que obviamente se reflete no índice de execução de programas do Orçamento de 2003. Além dos restos a pagar de 2002 que já foram pagos, houve uma triagem de restos a pagar não processados que, pelo Decreto nº 4.594/2003, foram em boa parte cancelados. A expectativa, portanto, é de os restos a pagar, processados e não processados, diminuam ao fim de 2003, comparado com os valores de 2002.



Por fim, até outubro os gastos com subsídios à agricultura, às exportações e à habitação apresentaram incremento de R\$ 473,9 milhões (24,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Os subsídios à agricultura elevaram-se em R\$ 790,4 milhões face, sobretudo, ao incremento de R\$ 536,1 milhões no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), decorrente da despesa líquida de R\$ 206,7 milhões, em 2003, contra receita líquida de R\$ 329,4 milhões no ano anterior. No que se refere aos subsídios às exportações, verificou-se a elevação nas despesas com equalização de taxas de juros no âmbito do Proex, que passaram de R\$ 370,4 milhões, até outubro de 2002, para R\$ 556,1 milhões em 2003 — refletindo o empenho do governo em ampliar o apoio à exportação, reduzindo as dificuldades dos exportadores de produtos manufaturados brasileiros em prover financiamento de longo prazo aos compradores de seus produtos. Os gastos com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), por outro lado, totalizaram R\$ 154,2 milhões, ante R\$ 12,6 milhões no mesmo período do ano anterior.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Agricultura	458,3	1.248,7
Custeio Agropecuário	174,4	254,8
Investimento Rural	88,0	245,7
Preços Agrícolas	-229,4	238,3
- EGF	7,2	5,3
- AGF	-329,4	206,7
- Sustentação de preços	92,8	26,3
Pronaf	425,4	415,8
Pesa	0,0	93,4
Cacau	0,0	0,6
Outros	1.455,3	1.138,7
Securitização	1.072,3	428,5
Habitação (PSH)	12,6	154,2
Exportação (Proex)	370,4	556,1
Total	1.913,6	2.387,4

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 1,9 bilhão em outubro, inferior em R\$ 317,4 milhões ao registrado no mês anterior. Por um lado a arrecadação líquida totalizou R\$ 7,0 bilhões, refletindo o aumento de 5,5% em relação a setembro em função da melhora da arrecadação das empresas em geral e do aumento dos depósitos judiciais. As despesas com benefícios, por outro lado, atingiram R\$ 8,9 bilhões, com incremento de 0,5% em relação ao mês anterior.

Previdência Social

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2002-2003**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT	JAN-OUT	
	2003	2003	2002	2003
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	6.603,4	6.965,5	55.122,8	61.864,0
Arrecadação Bruta	7.140,3	7.517,2	59.650,6	67.082,3
- Contribuição Previdenciária	6.711,2	6.930,4	55.766,5	62.818,6
- Simples	298,7	318,9	2.240,2	2.699,2
- CDP	0,0	0,0	169,6	0,0
- CFT	36,7	62,8	388,1	357,6
- Depósitos Judiciais	55,1	172,3	633,8	834,5
- Refis	25,9	19,3	339,0	265,6
- Outras Receitas	12,7	13,4	113,4	106,9
(-) Restituição/Devolução	-35,8	-37,9	-293,0	-312,8
(-) Transferências a Terceiros	-501,1	-513,8	-4.234,8	-4.905,5
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	8.822,7	8.867,4	67.091,4	79.962,4
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.219,3	-1.901,9	-11.968,6	-18.098,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,11%	-1,43%

Em outubro, o déficit do RGPS foi de R\$ 1,9 bilhão, inferior em R\$ 317,4 milhões ao verificado no mês anterior.

Considerando o acumulado entre janeiro e outubro de 2003, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 18,1 bilhões, apresentando elevação nominal de 51,2% em relação a idêntico período de 2002. Como proporção do PIB estimado, o déficit acumulado do ano encontra-se 0,3 ponto percentual acima daquele observado em 2002 (1,11% do PIB e 1,43% do PIB, respectivamente).

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 61,9 bilhões, aumento nominal de 12,2% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação correspondeu a 4,9 pontos percentuais no acumulado de 2003, apresentando diminuição de 0,2 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002.

Até outubro, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 80,0 bilhões, superando em R\$ 12,9 bilhões o montante observado no mesmo período de 2002. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram ligeiro aumento, da ordem de 0,07 ponto percentual, não obstante o impacto da inflação do final de 2002 sobre o poder de compra das aposentadorias só tenha

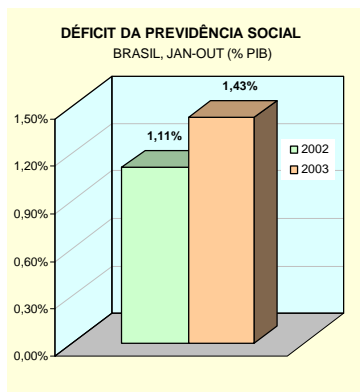
**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-OUT (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,13%	4,88%
Benefícios	6,24%	6,31%
Resultado Primário	-1,11%	-1,43%

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-OUT**

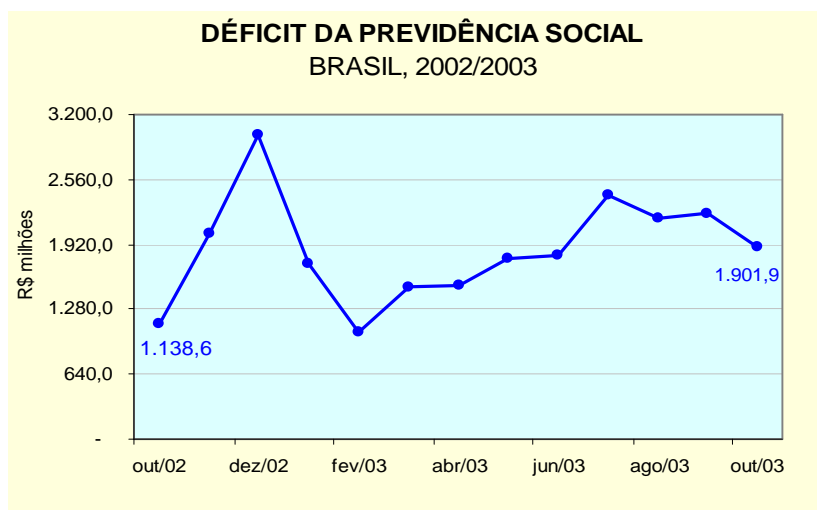
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Quantidade*	20,5	21,4	4,1%
Valor médio**	330,0	385,8	16,9%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00



tido recuperado nos últimos meses. A elevação dos gastos com benefícios decorreu dos seguintes fatores: i) aumento de 16,9% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) acréscimo da ordem de 835,8 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2003, equivalente a cerca de 4,1% no estoque.

As emissões dos benefícios totais no período de janeiro a outubro, quando comparados a igual período em 2002, apresentaram os seguintes incrementos: i) 359,2 mil (3,1%) nas aposentadorias; ii) 197,7 mil (27,9%) nos auxílios – doença; iii) 143,1 mil (2,7%) nas pensões por morte; iv) 116,5 mil (5,4%) nos benefícios assistenciais; e v) 18,6 mil (2,7%) nos benefícios acidentários; e vi) 2,8 mil (15,6%) nos demais benefícios. O salário-maternidade foi o único benefício que apresentou queda de 2,2 mil benefícios (1,6%) na comparação dos períodos.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 383,7 bilhões, o que corresponde a 25,4% do PIB acumulado nos últimos doze meses.

TABELA 3			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2002/2003			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002	2003	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	92.633	156.302	165.151
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	555.039	677.827	690.958
Dívida Contratual da STN	-358.890	-396.635	-401.233
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-103.516	-124.890	-124.574
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	267.911	218.853	218.532
Dívida Mobiliária em Poder do Público	205.338	167.657	167.761
Títulos Depositados em Garantia	-6.365	-3.738	-3.522
Dívida Contratual	70.041	55.879	55.210
Disponibilidades	-1.103	-946	-917
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	360.544	375.155	383.683
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	27,9%	25,3%	25,4%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 383,7 bilhões.

Em comparação a setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou incremento de R\$ 8,5 bilhões, decorrente da apropriação de juros nominais e da emissão líquida da dívida interna em, respectivamente, R\$ 7,0 bilhões e R\$ 1,8 bilhão, o que foi parcialmente amenizado pela redução do saldo em reais da dívida externa líquida, em R\$ 320,8 milhões.

A dívida interna líquida aumentou de R\$ 156,3 bilhões em setembro de 2003, para R\$ 165,2 bilhões no mês de outubro, refletindo principalmente o crescimento do estoque da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 13,1 bilhões, devido à apropriação por competência de juros nominais e à emissão líquida ocorrida no mês.

Em contrapartida, houve aumento de R\$ 4,3 bilhões nos haveres contratuais do Tesouro Nacional, explicado em grande medida pela variação positiva do IGP-DI (0,44%) e do IGP-M (0,38%), que corrigem a maior parte dos créditos do Tesouro Nacional frente a terceiros.

Dívida Interna Líquida

Em outubro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 165,2 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	92.633	156.302	165.151
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	555.039	677.827	690.958
LFT	303.790	438.765	443.404
LTN	41.017	63.996	70.985
NTN-C	44.889	56.637	57.838
NTN-D	58.734	31.398	29.652
Demais	84.363	61.782	62.991
Dívida Securitizada	20.166	23.206	24.030
TDA	2.080	2.044	2.059
DÍVIDA CONTRATUAL	-462.406	-521.525	-525.807
<i>Tesouro Nacional</i>	-358.890	-396.635	-401.233
Dívida Bancária	25.077	25.655	25.683
Lei nº 7.976/89	-14.143	-10.351	-10.093
Lei nº 8.727/93	-45.753	-47.638	-47.749
Lei nº 9.496/97	-173.562	-206.112	-208.973
Renegociação Dívida Municipais	-23.262	-30.275	-30.309
Demais Haveres da STN	-127.246	-127.914	-129.792
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-103.516	-124.890	-124.574
FAT	-73.513	-86.016	-87.148
Demais Entidades	-30.004	-38.874	-37.426
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	43,0%	45,6%	45,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-35,8%	-35,1%	-34,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-27,8%	-26,7%	-26,6%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	7,2%	10,5%	10,9%

Emissões e Resgates

Boxe 2 Emissão de NTN-C

O Tesouro Nacional realizou, nos dias 30 e 31 do mês de outubro, em duas etapas, leilão de Notas do Tesouro Nacional – série C (NTN-C), títulos remunerados pelo IGP-M, com liquidação no dia três de novembro. Foi vendido um montante de R\$ 522 milhões, sendo que 55,5% corresponderam à venda em dinheiro e 44,5% à segunda etapa do leilão, quando foram recebidos, como pagamento, títulos do Tesouro Nacional.

Foram ofertados títulos com vencimentos em 2008, 2021 e 2031, com taxas de 9,32% a.a., 9,15% a.a. e 9,35% a.a., respectivamente. Cabe ressaltar que as referidas taxas foram bastante inferiores às observadas no mês anterior, quando os títulos com estes vencimentos foram leiloados às taxas de 9,40% a.a., 9,44% a.a. e 9,50% a.a.

No mês de outubro, o Tesouro Nacional realizou emissões em mercado – incluindo ofertas públicas e emissões diretas – no montante de R\$ 28,9 bilhões, em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi). Os resgates efetuados alcançaram o valor de R\$ 27,0 bilhões, resultando em uma emissão líquida de R\$ 1,8 bilhão em títulos da DPMFi, de responsabilidade do Tesouro Nacional.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 28,6 bilhões, consistindo em: i) R\$ 11,9 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2004, e em janeiro e julho de 2005; ii) R\$ 12,5 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2005 e de 2007; iii) R\$ 1,8 bilhão em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009, maio de 2015 e agosto de 2024; e iv) R\$ 2,4 bilhões em NTN-C com vencimentos em abril de 2008, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

O Tesouro Nacional, dando continuidade ao conjunto de medidas tomadas para potencializar a liquidez dos títulos públicos no mercado secundário, realizou, no dia 24 de outubro, leilão de oferta firme de LTN com vencimento em julho de 2005. Esse tipo de leilão tem sido utilizado com a finalidade de criar novos pontos de referência na curva de títulos prefixados, geralmente com prazo mais longo que o dos leilões tradicionais.

Nesse leilão, foram emitidos 300 mil unidades de LTN, com vencimento em julho de 2005 (20 meses), à taxa média de 18,1% a.a. Essa emissão contribuiu para o alcance das diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2003, tanto para aumentar a participação de prefixados no total da DPMFi quanto para alongar seu prazo médio de estoque.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, OUT/2003

R\$ milhões			
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	28.578	278	28.856
LFT	12.472	0	12.472
LTN	11.905	0	11.905
NTN-C	2.420	0	2.420
NTN-B	1.781	0	1.781
TDA	0	38	38
Securitizada**	0	44	44
Demais	0	197	197
II. RESGATES***	25.320	1.695	27.015
LFT	15.162	0	15.162
LTN	6.013	0	6.013
NTN-C	2.202	0	2.202
NTN-D	1.302	0	1.302
TDA	0	58	58
Securitizada**	0	1.057	1.057
Demais	642	580	1.222
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	3.258	-1.416	1.842

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Com relação à emissão de títulos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional, dando prosseguimento ao objetivo de fortalecer o mercado desses títulos, bem como suprir necessidades de investidores específicos (basicamente entidades abertas e fechadas de previdência complementar), realizou no mês de outubro dois leilões de Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B), títulos remunerados pelo IPCA. Estes leilões ocorreram nos dias 7 (com recebimento somente em dinheiro), 13 e 14 de outubro de 2003 (com recebimento em dinheiro e títulos), ambos com liquidação financeira em 15 de outubro. Nos leilões, o montante vendido foi de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, tendo sido recebidos R\$ 319,3 milhões (em dinheiro) e R\$ 832,2 milhões (em troca por outros títulos). Os títulos com vencimentos mais longos (2015 e 2024) representaram o maior volume vendido do total de títulos ofertados nesse leilão (aproximadamente 70%).

O Tesouro Nacional realizou, em outubro, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 1,8 bilhões.

Boxe 3 – Sistema de Dealers

Dentre as medidas adotadas para o desenvolvimento do mercado de títulos públicos, destaca-se também a implementação do novo sistema de *dealers*. Tal sistema, além de permitir o aumento da liquidez e competitividade no mercado, visa auxiliar o Tesouro no alcance de alguns objetivos relacionados à administração da dívida pública, tais como a melhoria do perfil e a redução do custo da dívida.

Essas medidas, em conjunto com outras adotadas para desenvolver o mercado de títulos, já vêm apresentando resultados. O volume de títulos do governo negociados no mercado secundário aumentou significativamente em 2003 (aproximadamente 71,2%, de R\$5,2 bilhões em janeiro para R\$ 8,9 bilhões em outubro).

Boxe 4 – Tendência crescente nas vendas do Tesouro Direto

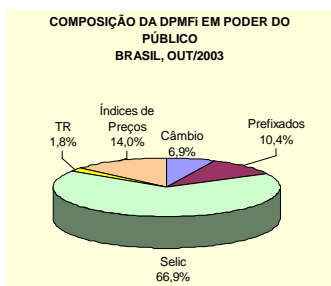
A venda de títulos do Tesouro Nacional, por meio do programa Tesouro Direto, tem apresentado aumento crescente ao longo dos últimos meses. Como consequência da maior demanda, o total de títulos vendidos no mês de outubro alcançou o volume de R\$ 33,6 milhões. Desse montante, destacam-se as vendas das Notas do Tesouro Nacional (NTN, séries B e C), títulos indexados a índices de preços - IPCA e IGP-M - que juntos somaram 44,8% do total vendido no mês. Sobressaem-se ainda os títulos prefixados - LTN, como os títulos mais negociados, que representaram 43,8% do montante total.

Além do valor emitido - novo recorde de vendas - destaca-se o aumento no número de investidores em outubro, que atingiu 2.488, levando a aproximadamente 19.000 os investidores cadastrados até o momento.

Em outubro, foram resgatados R\$ 27,0 bilhões em títulos, sendo R\$ 24,1 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 2,6 bilhões referentes a cancelamento. Dentre estes cancelamentos destacam-se: i) R\$ 963 milhões em NTN-C, R\$ 660,9 milhões em LFT e R\$ 62,0 milhões em títulos da dívida securitizada, todos aceitos no leilão de NTN-C; e ii) cancelamento de R\$ 605,5 milhões em NTN-C, R\$ 146,4 milhões em LFT, R\$ 110,4 milhões em LFT-B e R\$ 16,4 milhões em títulos da dívida securitizada, todos aceitos no leilão de NTN-B.

Composição

Com relação à composição da DPMFi, cabe ressaltar: i) o aumento na participação dos títulos prefixados (0,86 ponto percentual), decorrente da expressiva emissão líquida de R\$ 5,9 bilhões de LTN; e ii) a redução na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic (0,57 ponto percentual) e dos remunerados pela variação da taxa de câmbio (0,45 ponto percentual), em função dos resgates líquidos de LFT e NTN-D, nos montantes de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente, de acordo com a política de redução da exposição à variação cambial e à taxa básica de juros da dívida pública.



**TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2002/2003**

INDEXADOR	2002		2003
	OUT	SET	OUT
Selic	61,80	67,51	66,94
Câmbio	14,89	7,37	6,92
Prefixados	7,47	9,56	10,42
Índices de Preços	13,74	13,65	13,95
TR	2,10	1,90	1,77
Outros	0,01	0,00	0,00

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Como observado na tabela acima, a participação dos títulos prefixados (LTN) mantém a tendência de alta dos últimos meses, propiciada pela crescente demanda do mercado. A maior participação de prefixados encontra-se de acordo com os objetivos estabelecidos no PAF para 2003, tendo passado de 2,1% em janeiro para 10,4% em outubro.

Custo Médio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público manteve a tendência de queda e alcançou o valor de 15,7% a.a. em outubro, ante 18,6% a.a. em setembro (considerando os títulos cambiais). Este resultado reflete, principalmente, a apreciação do câmbio (2,3%), que reduziu o custo da NTN-D em 8,3 ponto percentual em outubro.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2003

		(% anual)	
PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)	
2000	17,45	17,64	
2001	17,00	16,79	
2002	Out	24,35	8,35
	Nov	31,73	27,83
	Dez	29,06	20,94
2002	21,00	27,62	
2003	Jan	28,13	24,93
	Fev	29,11	27,34
	Mar	29,74	13,32
	Abr	25,53	1,46
	Mai	22,56	24,84
	Jun	21,38	16,16
	Jul	21,56	24,09
	Ago	21,88	20,85
	Set	21,17	18,55
	Out	18,69	15,74

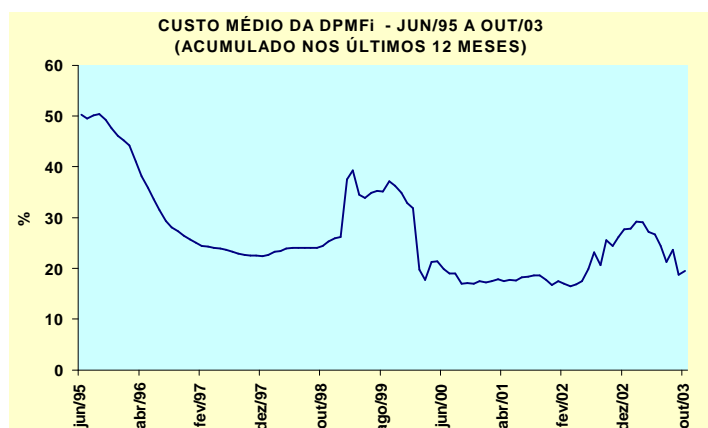
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio anualizado da DPMFi total foi de 18,7% a.a. em outubro.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também apresentou queda, passando de 21,2% a.a. em setembro, para 18,7% a.a. em outubro, devido, principalmente, à menor variação da taxa Selic (1,64%) em relação ao mês anterior (1,68%), reduzindo assim o custo da LFT em 1,06 ponto percentual ao ano. Além disso, observou-se uma redução de 11,7 pontos percentuais no custo da NTN-C, reflexo de uma menor variação no índice de preço (IGP-M).

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses apresentou pequeno aumento, passando de 18,8% a.a. em setembro, para 19,5% a.a. em outubro. Este incremento resulta, principalmente, do fato de a apreciação cambial em outubro de 2003 ter sido inferior à ocorrida em outubro de 2002 (2,3% contra 2,7%, respectivamente). Cabe destacar que essa medida reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, considerando que o custo médio mensal sofre significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos.



Prazo Médio

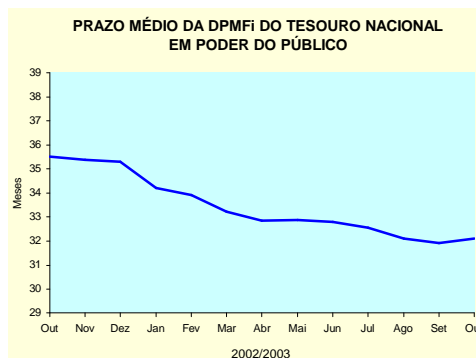
No que diz respeito ao prazo médio da DPMFi em poder do público, tal indicador permaneceu estável em outubro (32,1 meses, contra 31,9 meses em setembro). O reduzido aumento observado resultou do fato de os prazos médios de emissão das LFT, LTN e NTN-C em outubro (22,4, 7,1 e 67,9 meses, respectivamente) terem sido superiores aos prazos médios do estoque desses títulos em setembro (22,3, 6,6 e 65,3 meses, respectivamente).

TÍTULOS	2002		2003	
	OUT	SET	OUT	SET
LTN	2,08	6,64	7,11	
LFT	25,26	22,30	22,41	
NTN-C	66,55	65,27	67,89	
NTN-D	16,94	14,94	14,56	
TDA	48,00	54,69	55,50	
Divida Securitizada*	63,24	56,67	58,48	
Demais	120,06	112,66	111,37	
TOTAL	35,53	31,93	32,10	

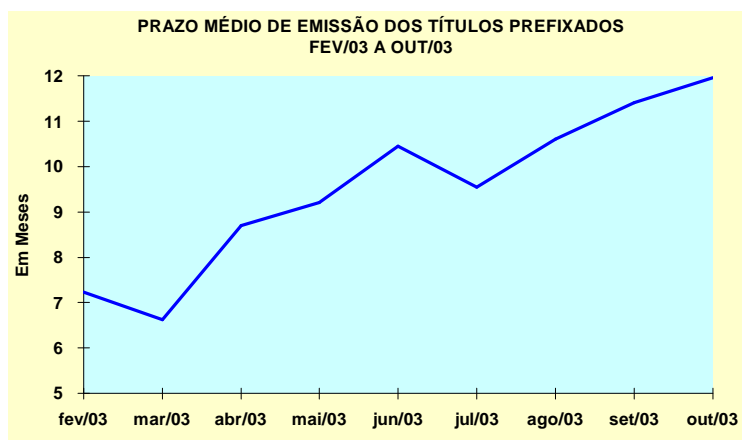
(*) Inclui divida agricola.

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2002	Out	35,53	22,43
	Nov	35,39	22,68
	Dez	35,32	23,05
2003	Jan	34,21	22,09
	Fev	33,91	22,07
	Mar	33,21	21,94
	Abr	32,85	22,44
	Mai	32,88	23,01
	Jun	32,79	23,50
	Jul	32,56	23,66
	Ago	32,11	23,54
	Set	31,93	23,51
	Out	32,10	24,14

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Em outubro, observou-se continuidade na tendência de aumento do prazo médio de emissão dos títulos prefixados, que passou de 7,2 meses, em fevereiro, para 11,9 meses, em outubro. Essa mudança decorre da tendência observada nos últimos meses e verificada em outubro, no sentido de ampliar as emissões de títulos com prazos mais longos. No mês, foram emitidos LTN com vencimento em julho de 2004 e janeiro de 2005, que representaram, respectivamente 47,4% e 36,6% do total emitido em LTN, além dos vencimentos de outubro de 2004 e julho de 2005 que representam, em conjunto, 15,9%.



O percentual da DPMFi do Tesouro Nacional vencendo em 12 meses apresentou pequeno decréscimo, passando de 31,1% em setembro, para 31,0%

em outubro, em linha com a diretriz do Plano Anual de Financiamento de manter o percentual vencendo no curto prazo em níveis prudentes.

Em outubro, a dívida externa líquida reduziu-se em R\$ 320,8 milhões, explicado, principalmente, pela apreciação cambial ocorrida no período, não obstante a captação externa realizada.

O estoque da Dívida Externa Pública Federal (DPFe), em moeda nacional, no mês de outubro de 2003, permaneceu praticamente estável, tendo sofrido acréscimo de 0,25%. O principal fator que determinou a estabilidade do estoque da dívida externa foi a associação entre um aumento do estoque de dívida em moeda estrangeira, e uma desvalorização do dólar frente ao real. Na moeda norte-americana, o saldo devedor cresceu 2,1%, devido, principalmente, à emissão do *Global 2010* ? título da dívida soberana.

Cabe mencionar que a emissão referente ao *Global 2010*, realizada o dia 15 de outubro, totalizou um montante de US\$ 1,5 bilhão. A operação, liderada pelos bancos Merrill Lynch e Credit Suisse First Boston, apresentou taxa de retorno de 9,45% a.a. e *spread* de 561 pontos-base sobre os títulos do Tesouro norte-americano de prazo equivalente. O cupom de juros, pago semestralmente, foi de 9,25% ao ano e o preço de emissão ficou em 98,992% do valor de face. Vale ressaltar que, desde abril de 1998, a República não emite títulos no mercado internacional com taxa de juros de um dígito.

Os recursos da nova captação serão utilizados pelo Tesouro para pagamento de sua dívida vencendo em mercado, além de reforçar as reservas internacionais.

Dívida Externa Líquida

Em outubro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 218,5 bilhões.

Pela primeira vez, desde abril de 1998, a República realizou emissão soberana com taxa de retorno (yield) abaixo de 10%. O Global 2010 foi vendido com um spread de 561 pontos.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002 OUT	2003 SET	2003 OUT
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	205.338,3	167.657,4	167.760,7
Bônus de Renegociação	67.564,3	49.041,2	46.778,4
Bônus de Captação	137.774,0	118.616,2	120.982,3
II. DÍVIDA CONTRATUAL	70.041,2	55.879,4	55.210,3
Organismos Multilaterais	37.311,4	31.273,2	30.747,8
Bancos Privados/Ag. Governamentais	12.368,0	9.413,2	9.201,5
Clube de Paris	20.361,8	15.193,0	15.261,0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	275.379,6	223.536,8	222.971,0
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.365,2	-3.737,6	-3.522,2
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.103,3	-946,4	-916,7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	267.911,0	218.852,9	218.532,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	20,8%	14,7%	14,5%

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 4,8 bilhões no mês.

O serviço da DPFe em outubro totalizou R\$ 4,7 bilhões, sendo a maior parte (R\$ 3,3 bilhões) referente a juros e encargos e o restante (R\$ 1,4 bilhão) de principal. Do total despendido no mês, R\$ 3,1 bilhões referiram-se aos pagamentos de juros e encargos da dívida mobiliária externa.

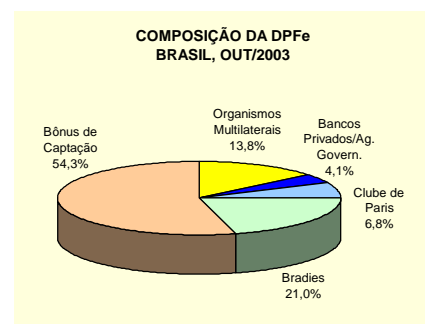
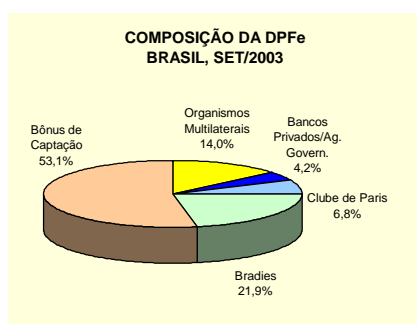
As captações previstas pelo Governo Federal para o ano de 2003, no montante de US\$ 3 bilhões, foram realizadas até setembro desse ano. Com a emissão do Global 2010 em outubro, no valor de US\$ 1,5 bilhão, o Governo Federal iniciou programa de captação, no montante de US\$ 5 bilhões, previstos para fazer face a despesas com a dívida externa em 2004.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, OUT/2003

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	1.423,4	3.335,1	4.758,4
I.1. Organismos Multilaterais	223,0	81,6	304,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	71,3	148,7	220,0
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	1.129,1	3.104,8	4.233,8

Composição

Em termos de composição destaca-se, o aumento da participação dos bônus de captação no total da DPFe, tendo passado de 53,1%, em setembro, para 54,3%, em outubro, em função da já citada emissão do Global 2010. Por outro lado, observa-se a queda da participação dos bônus de renegociação (21,9%, em setembro, contra 21,0%, em outubro).



O prazo médio da dívida mobiliária externa permaneceu inalterado em 6,12 anos no mês de outubro. A estabilidade decorre de uma associação entre o pagamento dos títulos *Bradies* e a aproximação das datas de vencimento dos demais títulos. No caso do custo médio, em dólares, este apresentou um inexpressivo aumento (0,05 pontos percentuais) em relação a setembro, em virtude, principalmente, do pagamento de *Bradies* (que possuem custo inferior ao custo médio do estoque), ocorrido em outubro.

Prazo e Custo Médios

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003	
	OUT	SET	OUT	SET
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,13	6,12	6,12	6,12
Bônus de Renegociação	6,24	5,73	5,90	5,90
Bônus de Captação	6,08	6,29	6,21	6,21
Globais	7,33	7,10	7,00	7,00
Euros	3,49	3,59	3,54	3,54
Demais	2,46	3,13	3,06	3,06
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,53	8,92	8,97	8,97
Bônus de Renegociação	4,93	4,86	4,93	4,93
Bônus de Captação	10,30	10,59	10,53	10,53
Globais	11,16	12,73	13,25	13,25
Euros	10,11	10,28	10,28	10,28
Demais	4,93	6,03	6,01	6,01

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
I. RECEITA TOTAL	29.964,3	26.975,2	33.938,3	32.439,4	27.721,8	26.251,4	32.106,7	29.574,5	25.121,8	29.595,5	28.249,1	28.163,3	31.761,0
I.1. Receitas do Tesouro	23.872,9	21.143,6	23.865,0	26.978,1	21.610,3	20.539,2	26.256,5	23.527,8	18.950,3	23.188,3	21.714,5	21.559,9	24.795,5
I.1.1 Receita Bruta	24.826,4	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.905,9	20.483,4	24.502,5	22.351,5	22.580,6	26.563,0
- Impostos	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7	11.405,0
- Contribuições	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2	12.166,1
- Demais	2.673,8	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.244,2	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,7	2.991,9
I.1.2. (-) Restituições	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7	-1.767,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.091,4	5.831,6	10.073,3	5.461,4	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7	6.171,5	6.407,2	6.534,5	6.603,4	6.965,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.273,2	5.406,5	4.742,2	5.704,3	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9	4.227,2	4.013,8	5.068,6	4.306,2	4.429,0
II.1. Transferências Constitucionais	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.3. Demais	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0	654,0	641,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	24.691,2	21.568,7	29.196,1	26.735,1	21.577,1	21.481,8	27.604,4	22.838,7	20.894,6	25.581,7	23.180,5	23.857,1	27.332,0
IV. DESPESA TOTAL	20.815,2	20.513,8	32.276,1	19.557,2	17.748,9	17.354,0	17.925,6	19.124,4	20.096,3	22.732,5	20.523,5	20.045,5	22.772,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.684,4	6.411,4	8.790,1	7.517,4	5.944,2	5.631,2	5.644,7	5.900,9	6.447,1	7.706,1	5.821,1	5.926,0	5.928,4
IV.1.1. INSS	294,6	317,0	425,2	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4	339,4	427,6	310,0	318,5	314,9
IV.1.2. Demais	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.062,2	5.651,4	5.330,3	5.348,3	5.611,5	6.107,8	7.278,6	5.511,1	5.607,6	5.613,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.230,0	7.864,5	13.070,8	7.201,3	7.166,6	7.209,7	7.371,8	7.825,9	7.979,9	8.813,0	8.704,1	8.822,7	8.867,4
IV.3. Custeio e Capital	7.900,9	6.238,0	10.415,2	4.837,6	4.563,7	4.471,6	4.869,8	5.354,6	5.605,8	6.147,6	5.948,8	5.289,3	7.930,8
IV.3.1. Despesa do FAT	930,3	616,1	721,9	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8	447,7	1.416,5
- Abono e Seguro Desemprego	829,8	429,8	615,2	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8	412,1	1.371,6
- Demais Despesas do FAT	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0	35,7	44,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.472,7	1,7	204,4	117,0	166,3	115,6	127,8	154,6	311,9	388,5	293,9	324,1	1.111,3
- Operações Oficiais de Crédito	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4	225,0	1.010,3
- Subvenções aos Fundos Regionais	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	49,6	89,5	99,1	100,9
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.497,9	5.620,1	9.488,9	4.151,4	4.001,8	3.927,7	4.149,9	4.359,0	4.873,8	4.771,6	4.419,1	4.517,5	5.403,0
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,9	74,4	41,5	39,4	43,1	63,4	65,7	49,6	7,4	46,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.875,9	1.054,9	-3.080,0	7.177,9	3.828,2	4.127,8	9.678,8	3.714,3	798,3	2.849,2	2.657,0	3.811,6	4.559,2
V.1. Tesouro Nacional	5.014,5	3.087,8	-82,5	8.917,9	4.883,3	5.625,2	11.200,3	5.493,5	2.606,8	5.255,0	4.826,5	6.030,9	6.461,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6	-1.779,2	-1.808,5	-2.405,8	-2.169,5	-2.219,3	-1.901,9
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-58,2	-48,0	-142,0	-38,0	23,8	-13,6	-20,7	-25,8	2,5	-29,5	-19,4	-58,2	-13,4
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.817,7	1.006,9	-3.222,0	7.139,9	3.852,0	4.114,2	9.658,1	3.688,5	800,8	2.819,6	2.637,5	3.753,4	4.545,9
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	495,2	553,6	-1.144,1	-421,6	755,2	-661,4	651,8	-327,0	102,7	506,5	-36,8	328,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	4.312,9	1.560,5	-4.366,1	6.718,2	4.607,2	3.452,8	10.309,9	3.361,5	903,5	3.326,2	2.600,7	4.081,5	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	565,3	-499,5	2.139,2	-11.083,9	-8.783,8	-172,1	12.359,5	-12.542,4	-5.626,4	-16.333,4	-11.392,3	-7.186,1	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	4.878,2	1.061,1	-2.226,9	-4.365,6	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	-9.181,0	-4.722,9	-13.007,2	-8.791,6	-3.104,6	nd

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	33.751,5	30.054,7	37.468,8	26.460,3	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1	28.051,7	28.133,2	29.749,9	29.613,7	30.492,9
I.1 - Recolhimento Bruto	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4	21.441,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,7	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3	1.222,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1	53,5	63,7
I.5 - Receita do Salário Educação	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9	164,3	167,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2	7.586,0
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4	9,9	11,6
II. DESPESAS	33.935,4	31.130,5	40.427,0	24.798,6	29.762,7	25.375,5	28.883,6	27.882,3	38.144,9	20.380,1	29.533,6	33.261,3	30.779,9
II.1 - Liberações Vinculadas	5.615,6	6.262,4	5.726,0	6.856,8	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0	5.494,7	4.800,4	6.310,3	5.184,8	5.556,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2	3.751,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7	306,6	403,4
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0	1.135,7
II.2 - Liberações Ordinárias	28.319,8	24.868,1	34.701,0	17.941,8	22.791,0	19.673,5	23.323,1	20.090,3	32.650,3	15.579,7	23.223,3	28.076,6	25.223,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,2	5.711,6	5.708,6	6.275,0	7.604,9	6.204,4	5.651,3	5.983,1	6.048,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5	2.569,8
i) Dívida Contratual Interna	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0	112,3	373,3
ii) Dívida Contratual Externa	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1	2.196,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5	2.628,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9	8.710,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.014,8	3.836,5	3.759,2	3.918,4	4.447,4	3.860,2	5.320,7	4.052,3	4.373,9	4.377,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1	265,6	888,5
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-184,0	-1.075,8	-2.958,2	1.661,6	816,2	2.652,7	37,1	6.152,9	-10.093,2	7.753,1	216,4	-3.647,6	-287,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	11.012,4	35.037,7	36.723,8	16.269,0	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.972,6	37.583,5	39.417,1	20.996,8	27.795,7	25.758,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5	24.583,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	897,7	567,7	897,4	1.558,9	422,2	1.174,7
V. DESPESAS	31.814,5	34.760,9	24.406,4	8.056,9	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7	31.410,0	30.190,9	22.502,4	26.846,8	13.904,0
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3	10.337,8
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2	4.455,2	3.427,0	1.018,5	3.566,2
V.2.1 - Dívida Interna	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7	101,5	573,0
V.2.2 - Dívida Externa	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0	2.993,2
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-17.742,6	579,5	13.789,9	8.245,6	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7	8.471,1	12.784,0	362,5	1.545,2	14.245,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-16.113,8	-4.391,1	-2.709,9	8.516,1	1.758,7	8.389,4	33.288,1	14.962,1	-7.006,8	14.443,9	42,5	-11.868,7	16.060,7

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	13.264,3	12.123,0	1.359,2	12.234,7	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2	17.212,9	27.850,0	15.241,7	14.352,5	8.343,4
I.1. Emissão de Títulos	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5	6.368,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7	1.906,1
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0	41,3	69,0
II. DESPESAS NO BACEN	8.392,0	15.715,1	13.428,5	13.592,4	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8	20.300,0	30.385,4	13.910,0	23.522,5	3.850,0
II.1. Resgate de Títulos	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9	3.305,4
II.2. Encargos da DPMF	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5	544,6
III. RESULTADO (I - II)	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8	0,0	0,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4	0,0	131,3
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7	216,7	166,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4	214,4	165,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3	2,3	0,5
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7	1,6	132,5
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5	6,7	152,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	11,3	40,0	4,1	38,6	15,0	61,8	3,2	14,3	11,0	10,2	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	428,5
X. TOTAL	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4	225,0	1.010,3

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
I. DÍVIDA INTERNA	92.633,1	87.825,5	69.649,5	69.966,5	73.737,6	86.261,0	88.235,6	108.083,0	124.636,9	138.599,1	146.874,1	156.302,2	165.150,9
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3	690.957,9
Dívida Bancária	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0	25.682,9
INSS	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5
Lei 7.976/89	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6
Bônus Renegociação	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0
Lei 8.727/93	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2
Lei 9.496/97	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1
Recebíveis das Estatais	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.085,4	-29.779,7	-30.009,1	-30.178,3	-31.646,2	-32.054,8	-32.170,1	-31.753,0
Outros	-38.469,4	-38.883,3	-40.381,6	-42.276,4	-42.441,8	-42.882,9	-43.216,7	-42.833,1	-42.614,8	-43.058,1	-42.269,8	-42.637,1	-42.852,1
Fat	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3
Demais Entidades	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.873,9	-37.426,0
Créditos das Operações Oficiais	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7
Arrecadação a Recolher	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-5.387,2	-7.718,8
II. DÍVIDA EXTERNA	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1
Dívida Mobiliária	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7
Títulos Depositados em Garantias	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2
Dívida Contratual	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3
Disponibilidades	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	360.544,1	357.953,7	332.338,4	332.620,7	338.275,6	334.959,4	300.394,7	331.089,4	341.761,2	361.526,6	363.429,1	375.155,0	383.683,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	27,9%	27,4%	25,1%	24,9%	25,0%	24,5%	21,7%	23,7%	24,2%	25,1%	24,9%	25,3%	25,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	67.564,3	67.329,2	65.418,4	65.279,6	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6	51.986,3	53.678,8	49.810,4	49.041,2	46.778,4
Brazil Investment Bond (BIB)	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6	905,3	884,5
Par Bond (PB)	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7	4.396,3
Discount Bond (DB)	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6	3.832,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2	1.467,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9	18.678,4
Debt Conversion Bond (DCB)	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3	10.723,9
New Money Bond (NMB)	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1	3.272,6
Eligible Interest (EI)	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1	3.523,0
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	137.774,0	137.526,9	135.249,3	135.707,2	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1	115.352,9	118.630,7	117.051,4	118.616,2	120.982,3
Bônus Marco Alemão 2007	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5	1.706,8
Bônus Global 2027	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9	9.996,7
Bônus Euroira	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.252,8	1.292,7	1.274,0	1.252,0	1.288,2	1.293,0
Bônus Eurosterling 2007	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5	718,0	729,7
Bônus Euro 2003	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8	1.239,5	1.275,4	1.280,1
Bônus Global 2008	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5
Bônus Global 2004	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2	8.568,6
Bônus Euro 2004	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7	1.635,8
Bônus Global 2009	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0	5.933,0	5.846,8	5.712,4
Bônus Euro 2006	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2	2.296,7
Bônus Global 2020	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.965,5	2.923,4	2.856,2
Bônus Euro 2010	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7
Bônus Global 2030	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.746,4	4.677,4	4.569,9
Bônus Samurai 2003	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-	-	-
Bônus Euro 2005	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.131,9	4.072,0	4.001,7	4.117,4	4.132,8
Bônus Global 2007	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.714,0	4.180,0	4.741,8	4.416,3	7.308,5	7.140,5
Bônus Global 2040	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9	14.730,3
Bônus Euro 2007	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7
Bônus Samurai 2006	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2	1.581,1
Bônus Global 2006	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3
Bônus Euro 2011	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.232,4	3.325,9	3.338,3
Bônus Global 2024	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	8.824,5	8.696,2	8.496,3
Bônus Samurai 2007	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6	2.108,2
Bônus Global 2005	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.965,5	2.923,4	2.856,2
Bônus Global 2012	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3
Euro Bond 2009	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.662,9	1.669,1
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3
Bônus Global 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.483,3	3.654,3	3.570,3
Bônus Global 2010	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.965,5	2.923,4	7.140,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2
III. DÍVIDA CONTRATUAL	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	20,8%	20,7%	19,9%	19,6%	19,5%	18,2%	15,3%	15,9%	15,4%	15,5%	14,8%	14,7%	14,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	821.160,9	832.223,7	840.972,1	872.999,6	888.560,4	898.891,6	899.117,2	923.238,8	935.539,1	960.282,5	969.585,3	991.422,5	1.001.757,7
I. Dívida em Mercado	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3	690.957,9
Dívida Securitizada	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1	23.869,8	23.362,8	23.197,7	24.020,9
Certificados de Privatização	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7	8,8	8,9
TDA	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0	2.058,5
LTN	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8	70.985,4
LFT	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9	443.403,9
LFT-A	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8	3.570,6
LFT-B	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1	7.507,7
NTN-A	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7	12.772,8
NTN-B	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1	15.618,2
NTN-C	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8	57.837,5
NTN-D	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8	29.651,7
NTN-H	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5	168,2	169,0	169,8	170,3	170,8
NTN-I	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8	1.317,4
NTN-P	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2	2.591,9
CFT-A	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2	12.993,3
CFT-D	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5	2.829,5
Demais	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6	3.639,9	3.682,6	3.665,4	3.671,9	3.619,0
II. Dívida com BACEN	266.121,4	269.510,7	283.766,7	297.980,2	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2	299.869,9	303.212,9	304.615,1	313.595,2	310.799,8
LTN	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3	100.576,7
LFT	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7	130.495,7
NTN-D	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3	66.289,6
Demais	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9	13.437,8
Dívida em Mercado/PIB	43,0%	43,1%	42,2%	43,0%	43,2%	43,9%	43,7%	44,6%	45,0%	45,7%	45,5%	45,6%	45,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Out/2002	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2003
I. INTERNA	-103.516,1	-109.023,6	-110.307,8	-115.124,5	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.734,4	-120.119,7	-123.144,7	-125.064,6	-124.889,8	-124.574,3
Dívida contratual	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3	701,8	689,1
FAT	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3
Aplicações financeiras	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2
Fundos Regionais	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.889,2	-24.139,1
Demais	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0	-9.211,8
II. EXTERNA	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7
Disponibilidades	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-104.619,5	-110.272,1	-111.398,8	-116.234,7	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.703,2	-121.125,4	-124.086,6	-126.038,6	-125.836,2	-125.491,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,1%	-8,4%	-8,4%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de outubro de 2003, os repasses pertinentes ao Fundo de Participação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios foram 2% maiores do que aqueles ocorridos no mês de setembro, porém, inferiores à estimativa inicial da Secretaria do Tesouro Nacional que apontava um crescimento de 5%.

Os repasses dos Fundos de Participação até o mês de outubro de 2003, se comparados com o mesmo período de 2002, ainda apresentam crescimento nominal de 4%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

-> Governo

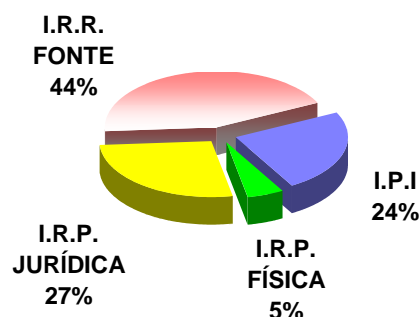
-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **outubro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

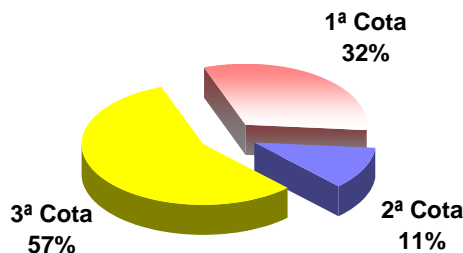
BASE DE CÁLCULO DO FPM
FPE FNO FNE FCO



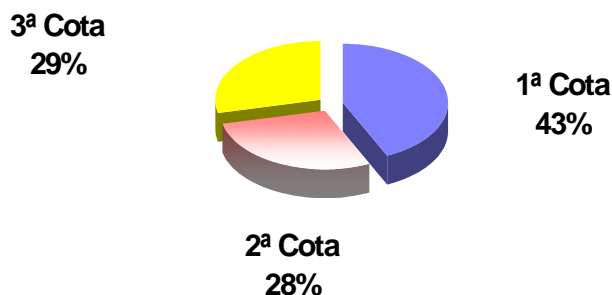
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/03 SET/03	OUT/03 OUT/02	JAN A OUT/03 JAN A OUT/02
2002	2.176,5	1.651,7	18.067,6	-	-	-
2003	1.698,9	1.665,2	18.788,7	+2,0%	-21,9%	+4,0%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/03 SET/03	OUT/03 OUT/02	JAN A OUT/03 JAN A OUT/02
2002	2.079,7	1.578,3	17.264,6	-	-	-
2003	1.623,4	1.591,2	17.953,7	+2,0%	-21,9%	+4,0%

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF. Não inclui valores da correção do REFIS 2000/2001.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **outubro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/10, 20/10 e 30/10**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
OUT	+5,0 %	+2,0%	+5,0 %	+2,0%	+8,0 %	+19,2 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de setembro a 20 de outubro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Set	482,1	3.240,0	3.722,0						
OUT/2003	1.492,2	7.358,7	8.850,9	OUT/2003	7.550,7	1.379,9	1.444,1	131,5	521,6
1º Dec./Out	642,6	2.183,7	2.826,4	3º Dec./Set.	3.722,0	680,2	711,8	41,0	252,9
2º Dec./Out	422,4	579,9	1.002,3	1º Dec./Out.	2.826,4	516,5	540,5	54,6	196,2
3º Dec./Out	427,2	4.595,1	5.022,3	2º Dec./Out.	1.002,3	183,2	191,7	35,9	72,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.036,40	47.804,24	9,98	9.892,31
AL	34.692,36	58.132,24	326,48	16.773,59
AM	20.435,88	38.992,38	4.560,21	11.694,13
AP	5.527,32	47.678,47	15,15	9.554,08
BA	132.472,94	131.300,25	6.983,87	49.263,23
CE	76.422,32	102.524,09	1.681,84	32.525,30
DF	3.139,35	9.644,69	4,06	2.579,74
ES	25.888,08	20.960,64	5.188,56	10.883,71
GO	53.691,49	39.728,80	1.157,61	17.222,63
MA	58.922,91	100.865,40	1.245,83	29.087,46
MG	190.561,25	62.246,12	15.400,73	52.478,33
MS	22.237,69	18.613,05	982,34	7.874,81
MT	27.815,83	32.250,04	977,18	11.546,52
PA	52.837,66	85.407,63	5.792,90	27.159,21
PB	47.192,33	66.918,94	475,45	20.335,86
PE	74.483,68	96.421,75	899,83	29.162,48
PI	36.234,46	60.386,21	91,12	17.187,10
PR	99.051,37	40.289,15	14.890,48	31.239,22
RJ	43.193,12	21.347,71	10.330,36	15.552,16
RN	36.200,28	58.380,98	480,75	16.920,09
RO	13.201,42	39.344,52	168,50	9.402,03
RR	6.967,01	34.664,71	14,80	7.364,64
RS	99.006,09	32.905,41	21.760,50	31.100,51
SC	57.089,55	17.883,62	13.704,31	17.081,54
SE	22.309,20	58.065,17	67,85	14.295,60
SP	194.511,73	13.973,76	26.803,83	53.243,59
TO	22.260,28	60.646,12	4,66	14.662,76
TOTAL	1.464.382,01	1.397.376,11	134.019,17	566.082,62

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial. (4) Inclui valores da correção do REFIS 2000/2001.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Nov/Out	Dez/Nov
FPM	+10,0%	-3,0%
FPE	+10,0%	+5,0%
IPI-EXP	-1,0 %	+5,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan/2003	20/02/03	Jan a Jun/03	31/07/03
Fev/2003	25/03/03	Jun/2003	31/07/03
Mar/2003	28/04/03	Jul/2003	21/08/03
Abr/2003	27/05/03	Ago/2003	30/09/03
Mai/2003	24/06/03	Set/2003	13/11/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF, no mês de outubro, alcançaram o montante de R\$ 2 bilhões, mesmo com a parcela da Complementação da União, no valor R\$ 19,7 milhões, sendo creditada no mês de novembro.

Os valores transferidos foram inferiores em 1% (um por cento) àqueles realizados no mês de setembro/2003.

As receitas originárias do FPE/FPM tiveram crescimento de 3,3% enquanto que aquelas provenientes do ICMS - Estadual foram 1,4% menores quando comparados aos repasses de setembro 2003. As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

-> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

R\$ Mil

Origens	setembro	Partic.	outubro	Partic.	Out/Set
FPM	247.836,7	12,1%	256.053,7	12,7%	3,3%
FPE	238.680,7	11,7%	246.595,8	12,2%	3,3%
IPI-EXP	19.470,3	1,0%	23.650,4	1,2%	21,5%
LC 87/96					
LC 102/00	39.782,7	1,9%	39.782,7	2,0%	0,0%
Compl. União	19.749,8	1,0%	0,0	0,0%	-
ICMS	1.478.724,1	72,3%	1.457.901,1	72,0%	-1,4%
Total	2.044.244,3	100%	2.023.983,7	100%	-1,0%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116/3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

PORTARIA DE AJUSTE DO FUNDEF DO EXERCÍCIO DE 2002

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

AJUSTE DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO RELATIVO AO ANO DE 2002

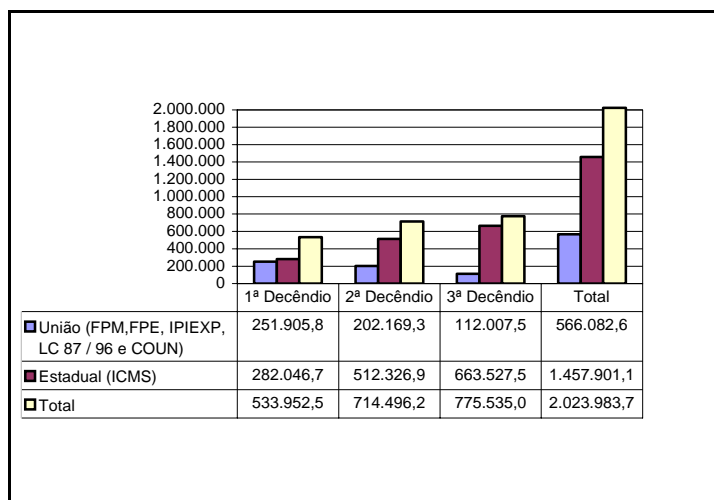
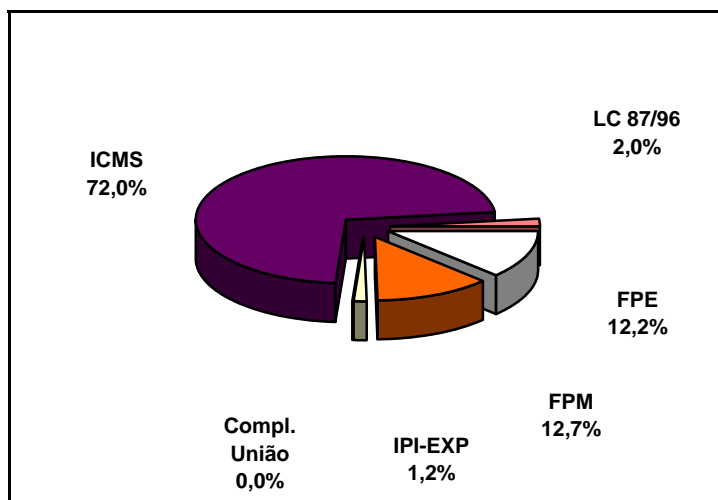
UF	Nº DE ALUNOS (A)	Nº DE ALUNOS 1ª A 4ª (B)	Nº DE ALUNOS 5ª A 8ª (C)	VALOR MÍNIMO (D = B x R\$ 418,00 + C x R\$ 438,90)	FPM (-15%) (E)	FPE (-15%) (F)	IPI-EXP (-15%) (G)	L.C. 87 (-15%) (H)	ARREC. ICMS (BALANÇO) (1)-(I)	ICMS (2) (15%)-(J) = 15% (I) (L)	TOTAL RECEITAS (K)	DIFER. (L)	COMPLEMENTAÇÃO (M)		AJUSTE DA COMPLEM. (O)=(M)-(N)
													DEVIDA (M)	REALIZADA (3)-(N)	
BA	3.523	2.138	1.385	1.501.670	297.059	294.200	16.477	22.036	5.066.088	759.913	1.389.686	(111.984)	(111.984)	173.887	(61.903)
MA	1.532	1.009	523	651.300	132.317	226.005	3.378	9.953	897.073	134.561	506.215	(145.085)	(145.085)	148.426	(3.341)
PA	1.543	1.104	439	654.198	118.866	191.370	13.520	25.872	1.718.283	257.742	607.371	(46.827)	(46.827)	71.670	(24.844)
PI	746	496	250	316.880	81.221	135.305	330	1.788	544.038	81.606	300.251	(16.630)	(16.630)	27.821	(11.191)
TOT	7.344	4.747	2.597	3.124.048	629.463	846.880	33.706	59.650	8.225.482	1.233.822	2.803.522	(320.526)	(320.526)	421.804	(101.279)
A CRÉDITO															
A DÉBITO															(101.279)

OBS: 1. Na apuração da arrecadação do ICMS foram considerados os seguintes itens de receita: Piauí: Principal e Receita da Dívida Ativa; Pará: Principal, Receita da Dívida Ativa e Multas/Juros; Maranhão: Principal; Bahia: Principal, Multas/Juros, multa da Dívida Ativa e Receita da Dívida Ativa do ICMS. 2. A coluna ICMS corresponde a 15% da arrecadação do ICMS constante do Balanço dos Estados. 3. Complementação da União de acordo com a Portaria MF nº 27, de 30.01.2002. Não está incluído o ajuste referente ao exercício de 2002, conforme Portaria nº 252, de 29/09/2003.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - OUTUBRO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	8.436	1.418	2	0	36	2.562	12.455	87,5	849,8
AL	674.791	10.259	6.122	58	0	335	7.718	24.491	36,3	373,1
AM	698.347	6.881	3.606	805	0	402	27.856	39.550	56,6	515,5
AP	122.638	8.414	975	3	0	162	1.869	11.423	93,1	906,8
BA	3.440.155	23.171	23.378	1.232	0	1.483	76.671	125.935	36,6	344,4
CE	1.666.055	18.092	13.486	297	0	650	49.889	82.414	49,5	375,7
DF(2)	304.072	1.702	554	1	0	323	0	2.580	8,5	83,4
ES	517.896	3.699	4.568	916	0	1.701	33.414	44.297	85,5	722,5
GO	992.400	7.011	9.475	204	0	532	51.033	68.255	68,8	564,5
MA	1.529.025	17.800	10.398	220	0	670	15.744	44.831	29,3	322,7
MG	3.308.674	10.985	33.628	2.718	0	5.148	143.129	195.607	59,1	537,5
MS	447.658	3.285	3.924	173	0	493	21.381	29.256	65,4	589,5
MT	567.420	5.691	4.909	172	0	774	37.837	49.383	87,0	639,2
PA	1.559.147	15.072	9.324	1.022	0	1.741	27.871	55.030	35,3	354,2
PB	794.932	11.809	8.328	84	0	115	13.795	34.131	42,9	398,7
PE	1.577.542	17.016	11.450	159	0	538	38.501	67.663	42,9	385,8
PI	730.910	10.656	6.394	16	0	120	7.836	25.023	34,2	343,5
PR	1.573.023	7.110	17.480	2.628	0	4.022	82.909	114.148	72,6	677,6
RJ	2.011.227	3.767	7.622	1.823	0	2.340	129.368	144.920	72,1	705,0
RN	567.686	10.303	6.388	85	0	144	14.090	31.010	54,6	524,0
RO	299.607	6.943	2.330	30	0	99	12.528	21.930	73,2	627,1
RR	74.129	6.117	1.229	3	0	15	2.064	9.428	127,2	1.202,6
RS	1.579.414	5.807	17.447	3.840	0	4.006	128.896	159.996	101,3	814,3
SC	887.879	3.156	10.075	2.418	0	1.433	67.805	84.886	95,6	769,7
SE	389.133	10.247	3.937	12	0	100	11.844	26.140	67,2	571,1
SP	5.244.645	2.466	33.677	4.730	0	12.370	444.184	497.427	94,8	937,6
TO	279.768	10.702	3.928	1	0	31	7.107	21.770	77,8	715,8
Total	31.980.507	246.596	256.054	23.650	0	39.783	1.457.901	2.023.984	63,3	581,9

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.